



“Se houver erros, confisquem meus bens, me levem à execração pública”, diz deputado

15 JAN 1994

Fiúza joga a culpa em José Carlos

■ **Ex-ministro desafia CPI a provar que cometeu irregularidades, mas não convence**

Brasília — Arnildo Schulz

BRASÍLIA — O deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE) responsabilizou o ex-assessor do Senado José Carlos Alves dos Santos pela inclusão de uma lista de entidades de interesse do deputado João Alves (sem partido-BA) como principais beneficiárias de US\$ 70 milhões liberados pelo seu ministério. “Foi o José Carlos que me orientou a atender essas entidades que tradicionalmente recebiam verbas. É possível que ele tenha colocado sub-repticiamente as entidades de Alves, em meu gabinete”. No segundo depoimento, prestado ontem, Fiúza desafiou o deputado Luís Máximo (PSDB-SP) a provar que ele havia liberado verbas para entidades inadimplentes ou com prestações irregulares de contas: “Cassem o meu mandato”.

Prefeituras — Mas o deputado exibiu uma lista de seis entidades, entre elas quatro prefeituras do interior de Sergipe beneficiadas com US\$ 102 mil, que estavam com suas prestações de contas pendentes e foram atendidas: General Maynard com US\$ 17 mil, Moita Bonita, US\$ 34 mil, São Francisco, US\$ 17 mil, e São Miguel do Aleixo, US\$ 34 mil. Fiúza contestou, alegando que o relatório do TCU que o deputado apresentou era parcial, e que ele tinha um mais completo, dando suas contas como ministro totalmente aprovadas. Luís Máximo explicou que as entidades inicialmente absolvidas pelo TCU acabaram caindo na malha fina da comissão de subvenções, depois de auditorias locais pelos técnicos do



Fiúza depôs pela segunda vez e não convenceu relator especial para os pernambucanos, Roberto Rollemberg

TCU. O documento de Máximo datava de 13/12/93. Fiúza ficou de apresentar o relatório global do TCU até a próxima segunda-feira.

Mesmo após sete horas de explicações a uma comissão especial da CPI, Fiúza não conseguiu convencer o relator dos pernambucanos, deputado Roberto Rollemberg (PMDB-SP), de sua inocência. O relator determinou imediatamente duas diligências para checar as informações do deputado: “Quero saber se foram incluídas emendas novas no orçamento de 92, e se nos empréstimos beneficiando suas fa-

zendas foram usados recursos do orçamento”, anunciou Rollemberg.

Boa fé — Fiúza também colocou seu mandato em jogo se a CPI descobrir irregularidades em suas declarações de rendimentos. “Se houve erros foi de boa fé”, acrescentou. “Se houver erros nas declarações ou caso de complacência do ministro, confisquem meus bens, me levem à execração pública”. Fiúza revelou que pediu tomadas de contas especiais em 148 entidades antes de liberar as verbas. No entanto, se atrapalhou quando a deputada Jandira Feghalli (PC do

B-RJ) perguntou por que havia liberado os recursos para essas prefeituras, já que a Coordenação de Administração e Finanças do Ministério da Ação Social (Cofi) desaprovou a liberação: “Elas cumpriram as exigências”.

Para esclarecer por que em sua rápida gestão como ministro da Ação Social havia liberado US\$ 22,4 milhões, enquanto seu sucessor Jutahy Junior no mesmo período só gastou US\$ 1,5, Fiúza disse: “Tentei não ser perdulário, se as entidades gastaram mal os recursos, elas devem ser punidas”.